



1.5 • Conjuntura internacional

PARTIDOS EMERGENTES NUMA DEMOCRACIA SUBMERGIDA

Antônio José Seguro

POR TODA A EUROPA, e também noutras regiões do mundo, temos assistido ao recuo dos chamados partidos tradicionais e à emergência de novas expressões partidárias. Por princípio, o surgimento de novos partidos políticos deveria ser observado como um contributo positivo para as democracias: aumenta a oferta eleitoral, promove mais cidadania e maior participação política.

Infelizmente não é sempre assim. Pois, embora a emergência de novos partidos seja, em geral, sustentada retoricamente na promessa de resolução de problemas que as pessoas consideram prioritários e que os partidos denominados “tradicionais” não conseguem solucionar (exs. desemprego, criminalidade, emigração clandestina, corrupção, melhoria dos serviços públicos, reforma da zona euro, desigualdades...), as práticas e propostas políticas de uma parte significativa desses novos partidos revelam, implicitamente, perigos para as próprias democracias e acarretam mais problemas do que aqueles que prometem resolver.

Pelo que não podemos colocar todos os partidos emergentes no mesmo saco e devemos proceder à distinção de, pelo menos, dois tipos: os *renovadores* e os *exploradores do medo*.

Os *renovadores* visam substituir os partidos tradicionais e exercer as funções essenciais no sistema político, nomeadamente a representação e a governação: casos do Syriza na Grécia, Ciudadanos e Podemos em Espanha, La République en Marche em França. Três destas formações políticas estão presentes na governação dos seus países e duas delas integram os respetivos Governos. A sua ação insere-se e não compromete o Estado de Direito Democrático, embora possa conduzir à fragmentação partidária, como é o caso de Espanha.

Já os *exploradores do medo* têm um discurso antissistema, exploram o medo, concentram-se na promessa imediata da solução de problemas específicos bem identificados (nichos), apontando a dedo as “causas daninhas” e prometendo a sua erradicação como meio necessário e suficiente para a solução do problema. Exemplos: se há desemprego a culpa é da globalização e dos imigrantes – solução: fechar fronteiras (exs: Liga do Norte, Itália, e Democratas Suecos); se não há aumento dos salários e das pensões a culpa é das medidas impostas pela zona euro – solução: abandonar o euro (Liga do Norte, Itália); se há crime a culpa é dos refugiados ou dos imigrantes – solução: expulsá-los e guardar as fronteiras para que não entre mais nenhum (exs: Liga do Norte, Itália; CSU – União Social Cristã, Alemanha; e FPO – Partido da Liberdade, na Áustria – todos os partidos no Governo dos seus países).

O protecionismo e o nacionalismo, sustentados quase sempre mais no ódio aos outros do que no amor aos seus, regressam em força ao discurso e à ação política. A sua ação é indiferente às consequências nocivas que podem provocar. O propósito é criar o medo, disseminá-lo, explorá-lo ao limite para de seguida atizar pessoas contra pessoas com base na diferença (da cor, da nacionalidade, da religião, das ideias...) para posteriormente obterem o maior apoio popular possível e alcançarem posições de poder. Estes partidos emergentes, *exploradores do medo*, ao contrário dos *renovadores*, são uma ameaça real ao Estado de Direito Democrático e aos nossos valores civilizacionais.

Esta é a grande diferença entre estes dois tipos de partidos emergentes. Pois, se ambos têm em comum a capitalização do descontentamento e a desilusão dos eleitores provocados pelos partidos tradicionais, divergem nos propósitos e nas consequências que as suas ações e os seus discursos provocam nos regimes democráticos e na nossa civilização.

“ (...) os *exploradores do medo* têm um discurso antissistema, exploram o medo, concentram-se na promessa imediata da solução de problemas específicos bem identificados (nichos), apontando a dedo às “causas daninhas”.

Anotese que, nalguns casos, as consequências do discurso e da ação política são opções ideológicas assumidas e apoiadas por relevantes fatias de eleitores (exemplos: Movimento Cinco Estrelas em Itália; Partido da Liberdade na Áustria; Alternativa para a Alemanha; Democratas Suecos, Verdadeiros Finlandeses e Partido da Independência do Reino Unido), embora uma parte dos eleitores seja atraída pela promessa de solução imediata para o problema que mais os afeta naquele momento.

Acresce que esta dimensão não é monopólio dos partidos *exploradores do medo*, pois também está presente em lideranças emergentes de partidos tradicionais, onde Donald Trump, do Partido Republicano norte-americano, é o caso mais emblemático, provocando consequências devastadoras de natureza comercial (criação de taxas aduaneiras às importações), ambientais (denunciando o Acordo de Paris), sociais (revogação dos

subsídios que permitiam a milhões de americanos ter um plano de saúde) e humanas (construção de um muro para impedir a emigração mexicana). Mas há outros, como por exemplo Victor Orbán, líder do partido de centro-direita Fidesz e primeiro-ministro da Hungria, e Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal, recentemente eleito presidente do Brasil.

Pelo que há uma pergunta que se impõe: que motivações estão no cerne do apoio aos partidos e às lideranças *exploradores do medo*? Das várias respostas possíveis, há seis que não podem ser ignoradas: a) os partidos tradicionais enfraqueceram a sua relação de identidade com os seus eleitores-base; b) a falta de alternativas políticas; c) a política suja; d) a crise social latente provocada pelo aumento das desigualdades económicas e sociais no interior de cada país; e) a mudança de paradigma no consumo de informação; f) e a adesão, consciente ou inconsciente, a novas propostas políticas e novas formas de vida baseadas no autoritarismo e no nacionalismo, enquadrado em regimes formalmente democráticos.

Vejamos, sucintamente, cada uma delas:

É certo que os partidos políticos nunca foram entidades veneradas, mas a incapacidade de os partidos tradicionais resolverem os problemas que os eleitores valorizam como os mais relevantes, a violação sistemática de promessas e expectativas eleitorais, a incapacidade para combaterem as desigualdades, a elasticidade ideológica visando exclusivamente a conquista e manutenção do poder deixam os eleitores típicos (base natural de apoio) órfãos de referências, desiludidos e até desafetados, transformando-os em presas fáceis para novas propostas políticas.

Por outro lado, a essência da democracia reside na oferta de alternativas. Se os partidos tradicionais abandonam a sua coerência ideológica em troca da conquista/manutenção do poder, é certo e sabido que esta atitude os aproxima, os torna mais iguais e apaga as diferenças que estão na base da sua existência. O bloco central alemão é um exemplo recente, pois aproximou a direita e a esquerda do centro deixando livre as margens. Facto que não terá sido alheio à eleição, pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial, de deputados de extrema-direita (Alternativa para a Alemanha) para o Bundestag. Há mais exemplos deste pragmatismo pelo poder, pois em vários países europeus essa alternativa foi substituída pelo rotativismo, dado que no poder os partidos aplicam, com nuances de conjuntura, o mesmo *programa ideológico* exigido por Bruxelas. Perante a ausência de alternativas oriundas dos partidos tradicionais, surgem as alternativas indesejáveis dos *exploradores do medo*.

Frequentemente ouvimos apelar de “populistas de direita” e de “nacionalistas” os partidos e lideranças emergentes que aqui tratamos como *exploradores do medo*. Em nossa opinião, o nacionalismo não é monopólio das forças e das lideranças políticas nocivas para a democracia, nem constitui a sua única característica; por outro lado, o populismo é uma dimensão que está presente, com menor ou maior preponderância, em quase todas as forças políticas e lideranças dos diversos espectros partidários, independentemente de as suas propostas serem de cariz autoritário ou democrático. O populismo tem três características fundamentais: liderança carismática; fala diretamente às massas sem mediadores; e reconhecimento de um inimigo (identificado como a origem do problema) a destruir.

Optamos por apelá-los de *exploradores do medo* porque pretendemos acentuar a sua característica funesta e perniciosa para a democracia e para a dignidade humana.

Segue-se a política sem ética. A prática política onde vale tudo para a conquista e manutenção do poder tem alastrado. Não aludimos apenas aos casos mais mediáticos de corrupção ou de promiscuidade entre política e negócios, mas a uma certa cultura que se instalou de que a verdade que prevalece é aquela que serve os interesses em cada ocasião. Ou seja, não há princípios, nem valores universais que prevalecem sobre qualquer poder, pelo contrário, é o poder que torce os princípios e verga os valores ao sabor das conveniências. Não há ética nem deveres morais. Simultaneamente, aumentam as desigualdades económicas e sociais, fortemente provocadas pelas consequências negativas da globalização e pela imposição das regras de mercado a setores da sociedade, como a saúde ou a educação, bloqueando e retardando o acesso de parte significativa da população a bens fundamentais. Os números não enganam: 80 por cento da riqueza está concentrada em um por cento da população mundial¹. Por outro lado, presenciamos uma mudança de paradigma no consumo de informação. A comunicação gratuita é permanente e em rede, sem filtros ou mediadores. A verdade dos factos e o contraditório são deliberadamente afastados. O que importa é despertar nas pessoas uma reação imediata, em tempo real, perante uma verdade que se pretende inquestionável, através de um processamento assente na associação de ideias. Por último, mas não o último, a adesão a propostas autoritárias e atentatórias da dignidade humana. Algumas pessoas fazem-no por rejeição ao estado a que isto chegou: qualquer coisa será (?) preferível ao que está. Mas não devemos ignorar que outras pessoas fazem-no por opção consciente. Frequentemente, são eleitores adormecidos que acordam quando se reconhecem numa liderança. Estas ideologias sempre espreitaram uma oportunidade para explorarem o medo, para fabricarem ilusões nas pessoas. É certo que alguns destes partidos não são emergentes e já existem no panorama eleitoral há algumas décadas – como é o caso da Frente Nacio-

nal (França) ou dos Democratas Suecos, desde os anos 90; e do Partido da Liberdade (Áustria), desde os finais do século passado – mas há uma novidade preocupante: o aumento significativo das votações nos partidos e lideranças *exploradores do medo*, a ponto de liderarem e integrarem executivos ou serem essenciais para sustentarem governos que em troca cedem em questões essenciais, provocando a deterioração das práticas e dos valores democráticos (atente-se à mudança de posição de Angela Merkel, em julho de 2018, sobre a política de emigração, a troca de manter o apoio da CSU ao seu governo).

Os resultados estão aí e são alarmantes. No estudo de 2018, sobre a democracia no mundo, a Freedom House conclui que “a democracia enfrenta uma crise séria. Setenta e um países registaram declínios nos direitos políticos e civis, com apenas 35 a evidenciar ganhos. Pelo décimo segundo ano consecutivo assiste-se ao declínio da liberdade global”, refere o mesmo estudo.

O recuo dos valores democráticos no interior de cada Estado já é preocupante o suficiente (casos da Hungria, Polónia, Malta e Eslováquia), ao qual acrescem os riscos de contaminação a outros países, e os conflitos comerciais, económicos, ambientais, civilizacionais que ameaçam o equilíbrio e a segurança em todo o mundo. Como se já não bastasse, os EUA continuam a dar sinais de ter mudado de lado. O abandono do Comité de Direitos Humanos da ONU é um sinal claro de como a liderança Trump vê o mundo. As constantes ameaças ao fim da cooperação no seio da NATO vão no mesmo sentido (ver Cimeira da NATO, julho de 2018). As mais recentes ameaças de abandono da Organização Mundial do Comércio por parte dos EUA, face à escalada do conflito comercial com a China, são por demais elucidativas. De solução, os EUA passaram a problema. A defesa dos valores democráticos perde um forte aliado. Os regimes autocráticos, com destaque para a Rússia, encontram espaço de progresso e vão em apoio das forças políticas e das lideranças exploradoras do medo, sem que sejam realmente incomodados pela ingerência na vida interna de outros Estados soberanos. As notícias sobre o apoio russo aos partidários da saída do Reino Unido da União Europeia e a expulsão de dois diplomatas russos, pelo governo grego, acusados de intervenção na vida interna do país de Homero, são apenas dois exemplos.

Os partidos políticos tradicionais continuam a surgir aos olhos dos eleitores com os discursos e as propostas do passado, sem instrumentos relevantes para os defender, num quadro em que os reais problemas (ex: desemprego, precariedade, baixa natalidade, refugiados, deterioração dos serviços públicos, insustentabilidade das estruturas de proteção social, ...) persistem e tendem a agravar-se.

A União Europeia mantém-se numa encruzilhada desde a queda do muro de Berlim e a dissolução da URSS. Brinca com o fogo. Está mais dividida do que nunca (vide a reunião de julho do Conselho Europeu), no meio da ponte, sem saber para onde ir. A UE consome tempo e energias a cor-

rer atrás do prejuízo e a agir de forma punitiva ou restritiva. Foi assim com as crises das dívidas soberanas. É assim com a crise dos refugiados. Continua a ser assim com a urgente correção dos desequilíbrios da zona euro. O egoísmo dos Estados da União Europeia ganha terreno aos valores da solidariedade e do humanismo que caracterizam o projeto europeu fundador.

Como se não bastasse, acresce a esta situação de enorme fragilidade uma União Europeia sob ataque: externo, proveniente, fundamentalmente, dos EUA e da Rússia, em termos comerciais, estratégicos e de segurança; e interno, com origem em forças políticas que defendem a saída dos seus Estados da UE ou o não cumprimento dos acordos na zona euro (ameaça do governo italiano), colocando em causa a estabilidade do euro. A este propósito é elucidativo revisitar algumas das afirmações, produzidas em dezembro de 2017, pelos líderes dos partidos populistas de direita europeus, reunidos na capital checa, onde reafirmaram o objetivo que os anima: pôr fim à União Europeia. Nesse encontro, Le Pen teceu louvores a Vladimir Putin, enquanto o holandês Geert Wilders apelou à imitação das políticas anti-imigração de Trump. Recentemente, Le Pen aponta às próximas eleições europeias, fala da “revolução democrática” contra o projeto europeu e os ideias democráticos.

Os factos estão aí e não podiam ser mais impressionantes. Configuram os ingredientes que antecedem as ruturas e anunciam as tragédias: a dimensão política (desafetação e desilusão), a dimensão social (desigualdades), a exploração do medo (psicológica); a ilusão da solução milagrosa e as lideranças populistas (a esperança). Foi em contextos sociais e políticos semelhantes que os ditadores mais sangrentos chegaram ao poder na primeira metade do século passado, com as tenebrosas consequências que todos conhecemos.

Os riscos são muitos e graves. Esta crise não é apenas uma crise dos partidos tradicionais e do sistema partidário. Esta é uma crise do funcionamento das democracias, de uma forma arcaica de fazer política e de um certo estilo de governação. É uma crise da política – no sentido mais nobre do seu significado – e da falta de liderança pela política e pela lei.

É esta crise que nos deixa fragilizados perante as ameaças aos três acervos civilizacionais mais importantes para a nossa *forma de viver*: a democracia liberal, o respeito pela dignidade humana e o projeto europeu de solidariedade e progresso entre os povos. ■

Notas

¹ Relatório “Recompensem o trabalho, não a riqueza”, da Comissão de Combate à Fome de Oxford.